

# **A EDUCAÇÃO TUTORIAL NA UFPB: O PROGRAMA DE EDUCAÇÃO TUTORIAL E O PROGRAMA DE TUTORIA DE APOIO ÀS DISCIPLINAS BÁSICAS**

Flávia Paloma Cabral Borba  
Prof. Drº Swamy de Paula Lima Soares  
Universidade Federal da Paraíba  
[palomacborba@gmail.com](mailto:palomacborba@gmail.com)  
[swamysoares@yahoo.com.br](mailto:swamysoares@yahoo.com.br)

## **RESUMO**

A Educação Tutorial, entendida como um processo cooperativo de aprendizagens mútuas socialmente responsáveis, através de discussões, reflexões e estímulo ao pensamento crítico do estudante, ampliou seus alcances e direcionamentos, cumprindo um papel importante, sobretudo, na educação presencial. Sob esta ótica, os cursos de graduação presenciais da UFPB contam com dois programas de educação tutorial que trabalham diferentes perspectivas, mas que se apresentam como políticas da educação superior comprometidas com a formação acadêmica de qualidade: o Programa de Educação Tutorial e o Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas. Assim, em vista de suas especificidades, esta pesquisa discute a atuação desses dois programas, apresentando suas estruturações e ações na graduação presencial da UFPB. Como estratégia metodológica, foi realizada uma pesquisa documental, bem como revisão bibliográfica sobre a temática. Nosso intuito é problematizar a estrutura dos Programas vigentes, questionando certas possibilidades da educação tutorial como ação de qualificação do ensino na UFPB.

## **PALAVRAS CHAVE:**

Educação tutorial, Políticas públicas de graduação, Qualificação do ensino.

## **INTRODUÇÃO**

Nos avanços das discussões didático-pedagógicas do processo de ensino-aprendizagem na educação formal, diria que como consenso, tenta-se consolidar metodologias centradas no educando, despedindo-se do excessivo protagonismo docente

no ato de aprender e ensinar, apresentando o aluno como sujeito do processo e considerando aí experiências e significados de sua interação com o mundo. Trata-se de pensar o ensino de maneira colaborativa: professores e alunos, numa perspectiva horizontalizada, comprometidos com a formação global e integrada com o mundo social e do trabalho.

No contexto da educação superior, as iniciativas de qualificação do ensino de graduação se acentuaram principalmente no processo de sua expansão. Percebendo as nuances das reformas empreendidas desde 1968, passando pelas intemperes da década de 1990 e a forte influência da lógica de mercado neoliberal globalizado, o processo de expansão deu-se desassociado da garantia da qualidade e isto, sobretudo, refletiu nos aspectos sociais, desenhando novas necessidades e posturas frente às novas tecnologias. Criaram-se fossos entre aqueles que produzem e aqueles que consomem e, na era da produção do conhecimento, os países irão debruçar-se na direção dos melhores resultados, traduzidos, na verdade, em capacidade de competitividade.

Tal ordenamento, que instituiu uma nova estruturação social, com monopólio de potências econômicas que apontava para o caminho da eficácia e da eficiência, em uma lógica empresarial, gerou desigualdade e priorizou as demandas internacionais de competitividade e de mercado, impactando diretamente na expansão das universidades, foco da produção do conhecimento:

A legislação aprovada para institucionalizar essas mudanças, entre outras estratégias, indicou novos formatos para as instituições, flexibilizando a organização acadêmica, os cursos existentes e estimulando a privatização do ensino. Essas medidas, apesar de controversas, viabilizaram a expansão das matrículas e do acesso, inserindo novos públicos no ensino superior e projetando importantes modificações nesse nível de ensino. [...] essa expansão pouco tem contribuído para a democratização desse nível de ensino (CASTRO, 2011, p.19).

Na contramão deste processo, as tentativas de superação dos moldes de ensino cristalizados em disciplinas independentes e descontextualizadas vêm sendo contempladas, em graus positivos, com diversas iniciativas que tratam da estrutura baseada na autonomia e formação crítica do estudante: “A questão que se coloca para a universidade remete ao compromisso com a qualidade do ensino e a responsabilidade social que a prática pedagógica, por si só, não assume” (MARTINS, 2003).

A Educação Tutorial, como estratégia validada para contribuir na qualificação do ensino e como uma ferramenta comprovadamente exitosa, integra conhecimentos acadêmicos e ações que resultam em experiências pedagógicas éticas e sociais:

Novas posturas pedagógicas e metodológicas são exigidas para responder às transformações que colocam as relações sociais do mundo contemporâneo em discussão permanente, pela indagação sobre os conteúdos e sua validade no atual conjunto de conhecimentos exigidos (MARTINS, 2003, p.4).

Nesta pesquisa, o destaque da análise irá apontar para Universidade Federal da Paraíba em dois projetos de Educação Tutorial: o Programa de Educação Tutorial e o Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas, voltados exclusivamente aos alunos dos cursos de graduação em todas as áreas do conhecimento. O direcionamento será para a análise da proposta (BAUER,2010), que aponta se há relevância e se seus objetivos são adequados e possíveis no que refere à qualificação do ensino da graduação.

Ambas são políticas públicas de qualificação do ensino de graduação e que possuem atributos específicos quanto a sua estruturação e objetividade, além das similitudes que as caracterizam como projetos de educação tutorial, sendo a principal delas a constituição de pequenos grupos, mediados por um tutor, que trabalham temáticas específicas integradas no desenvolvimento de habilidades cooperativas, resolução de problemas, reflexão, intervenção e aprendizado, de forma a contribuir com a formação individual e coletiva e que impactem diretamente na qualidade do aproveitamento do aluno na graduação na correção de desníveis, na diminuição da evasão e retenção e no sucesso profissional dos egressos (DIAS et al, 2009).

Como estratégia metodológica, foi realizada uma pesquisa documental, bem como revisão bibliográfica sobre a temática. Nosso intuito é problematizar a estrutura dos Programas vigentes, questionando certas possibilidades da educação tutorial como ação de qualificação do ensino na UFPB.

## **A EDUCAÇÃO TUTORIAL**

A tutoria é uma ferramenta presente em várias metodologias educacionais. Comumente, é destaque nos processos didáticos de educação à distância, onde a figura do tutor assume um papel fundamental na mediação do processo ensino-aprendizagem,

constituindo elemento necessário à fluidez do aprendizado nessa modalidade de ensino. Porém, a tutoria estende-se em outras estratégias no campo educacional, e não se confunde com as metodologias utilizadas na educação presencial, caracterizando-se por compor situações de “atuação personalizada e comprometida do tutor em relação ao aluno, composta por orientar, guiar, informar e formar o aluno em diferentes aspectos e em diferentes momentos de sua trajetória acadêmica” (ROQUE, 2012, p.24).

Na educação presencial, assinalamos duas propostas que influenciam bastante os grupos de aprendizagem tutorial: a Aprendizagem Baseada em Problemas e a Pedagogia da Problematização. A primeira é uma metodologia muito presente em cursos de formação nas áreas das ciências da saúde e também em Universidades da Europa e dos Estados Unidos. Aqui no Brasil, destaca-se a Faculdade de Medicina de Marília que desde 1997 optou por assim estruturar as atividades curriculares (ROQUE, 2012). Suas estratégias são organizadas em módulos temáticos, não em currículos baseados em disciplinas, e são pautadas pela tutoria de pequenos grupos mediados pelo professor/tutor, onde são apresentadas, discutidas e trabalhadas temáticas interrelacionadas do currículo e problematizadas considerando seu conjunto situacional contemporâneo no intuito de oportunizar os discentes/tutorandos uma experiência de aprendizado significativa e contextualizada, além da produção de um resultado concreto, em forma de proposições e direcionamentos para a resolução do problema proposto.

O foco no aluno é também uma forte característica dessa estrutura que baseia a aprendizagem em discussões de problemas que simulam a realidade. Não se trata de repassar conteúdos, mas sim o estímulo a aprender a aprender.

Na Pedagogia da Problematização, proposta metodológica semelhante à Aprendizagem Baseada em Problemas, não há alteração na estruturação do currículo, estabelecendo suas atividades considerando a organização do conhecimento em disciplinas. Esta apresenta um foco ainda maior no sentido da inserção do aluno no compromisso de intervir na realidade:

Na Pedagogia da Problematização, o processo de conhecimento refere-se à compreensão crítica da realidade e a sua transformação, mediante proposições de intervenção, sendo a definição do problema fruto de um processo coletivo, consensual, que necessita de um cenário real e amplia a possibilidade de percepção da própria realidade (KATO & FAGGIAN, 2007, p.38).

Falam-se, então, de aprendizagens significativas e aprendizagens socialmente responsáveis, similaridades que congregam as ações das atividades tutoriais. A adoção dessa estratégia na educação superior, guardada as suas especificações já que cada projeto se difere em razão do enfoque adotado, apontam para atividades exitosas e de qualificação do ensino, já que as atividades acabam por refletir positivamente no contexto geral dos cursos, melhorando os processos de ensino-aprendizagem na graduação, diminuindo o índice de evasão e retenção, além do melhor aproveitamento da experiência acadêmica por parte dos alunos (BALBACHEVSK, 1998; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006; KOLTERMANN & SILVA, 2008).

Grupos tutoriais de aprendizagem, por utilizarem abordagens que estimulem a capacidade de resolução de problemas e do domínio crítico e transformador do conhecimento, aproximam-se em seus objetivos das metodologias citadas, visto o seu compromisso em superar o processo de ensino-aprendizado sedimentado em mero repasse de técnicas e informações e fomentando situações de aprendizagens ativas que qualifiquem e dê sentido à formação do aluno numa perspectiva de promoção da cidadania, formação humana integral. É o chamado desenvolvimento de competências, que baliza as atividades considerando as experiências de cada um dos partícipes, incluindo aí também os tutores. É a “construção pessoal do saber através da interação” (DIAS, 2010, p.75).

Nesse sentido, o estímulo e a manutenção de políticas que garantam a qualificação do ensino na educação superior estão sob o foco das avaliações, submetidos a estudos de suas estratégias e, sobretudo, seus alcances e impactos, no intuito de legitimar e referenciar tais ações, ao passo que sirva, também, de inspirações para outras instituições que optem por inserir ações semelhantes. Nesse sentido, então, cabe nesta discussão considerar o estudo sobre a construção e validação da “Escala sobre Avaliação da Vida Acadêmica - EAVA” (VENDRAMINI et al, 2004), principalmente por os trabalhos de Educação Tutorial na UFPB comporem atividades extra curriculares não obrigatórias e que transversalizam as experiências didáticas dos estudantes, tanto no sentido acadêmico quanto no rol de experiências sociais e afetivas.

A EAVA considerou uma escala de cinco fatores: ambiente universitário; compromisso com o curso; habilidade do estudante; envolvimento de atividades não obrigatórias; condições para o estudo. No que tange os processos de Educação tutorial nas universidades, é de destaque a relevância do fator do envolvimento de atividades não

obrigatórias, em simbiose com o item “relacionamento” (p.260), que acusa como predominante na universidade o convívio grupal. O estudo traz a tona dimensões a serem consideradas que vão muito além da garantia da formação profissional: destaca-se a importância do envolvimento institucional, interpessoal, social e emocional: “dessa forma, o meio acadêmico configura-se como um contexto que interfere no desenvolvimento do estudante por possibilitar experiências, tarefas e desafios substanciais para mudanças e reorganizações” (p.260). Daí o comprometimento e a justificativa da existência de grupos de aprendizagem com sistemas tutoriais, visto que geram ações que promovem capacidades básicas, mediados por uma atenção personalizada e comprometida, que constroem e consolidam coletivamente, observando a singularidade da formação de cada indivíduo, experiências acadêmicas tanto no sentido da instrução, quanto nas dimensões das experiências de formação humana e social:

O estabelecimento de um ambiente acadêmico e social apropriado à integração e ao desenvolvimento do aluno não será suficiente se não for percebido por ele como um contexto propício e com oportunidade de experienciá-lo de forma ativa. Sua integração será maior, à medida que percebe a congruência entre suas expectativas e o que a universidade proporciona para o alcance dos objetivos pretendido (VENDRAMINI, 2004, p.260).

Completa-se, então, que mesmo com uma escassa bibliografia sobre a temática da Educação Tutorial (MARTINS, 2006; KATO & FAGGIAN, 2008), essa metodologia de ensino encontra o respaldo na sua prática em si. Por ser construída coletivamente, implica uma complexa rede de elementos inter-relacionados no fazer do cotidiano acadêmico, necessitando ser vinculada a bases epistemológicas e operacionais (MARTINS, 2006). Os elementos de análises da EAVA acabam por legitimar tais práticas ao passo que elenca as atividades extracurriculares como indutoras de boas práticas acadêmicas e, sendo os programas de tutorias políticas integradas a esta categoria, cabe a conclusão que tais propostas tendem a contribuir positivamente ao sucesso do aluno não só no patamar da instrução mas, principalmente, como um espaço para a formação global, social e ética e que, em variados gradientes, influenciam os demais estudantes à participação das atividades acadêmicas.

## **O PET E O PROTUT NA UFPB**

Ambos vinculados a Pró Reitoria de Graduação da Universidade Federal da Paraíba, o Programa de Educação Tutorial e o Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas são dois dos programas acadêmicos direcionados aos alunos de graduação dos cursos de bacharelado e licenciatura da instituição. Ambos se encaixam na categoria de atividades extracurriculares de apoio à formação e promoção da qualidade do Ensino. Como já dito, desenham suas atividades nos moldes de grupos de aprendizagem utilizando-se da metodologia tutorial. Em suas similitudes, convergem em políticas educacionais estruturadas para atingir objetivos no que tange a formação global dos estudantes, impactando na permanência e no sucesso deste aluno na universidade e nas suas vivências como egresso.

A análise que apresenta estes programas foi norteada pelos documentos legais que criam e normatizam suas práticas. A intenção é problematizar sua estrutura quanto à pertinência no processo de ensino-aprendizagem considerando os objetivos expostos e a proposta tutorial de protagonizar o aluno como sujeito de seu aprendizado.

Recorre-se a preocupação em desenvolver ações que materializem oportunidades em desenvolver a fruição do conhecimento, agregando e atingindo, com qualidade, o maior número de pessoas em suas três indissociáveis dimensões que é o ensino, a pesquisa e a extensão. Considerando as responsabilidades sociais inerentes à estrutura universitária, cabe o esforço em se apropriar e adequar tais propostas, no sentido de enchê-las de sentido.

### **O Programa de Educação Tutorial**

Mais antigo na instituição, o PET foi criado em 1979 por iniciativa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES e passou por algumas reestruturações, principalmente a partir de 2000, ano da transferência de sua gestão para o Departamento de Modernização e Programas da Educação Superior, da Secretária de Educação Superior do Ministério da Educação. Em seu início, como Programa Especial de Treinamento, estava comprometido com a formação de um pequeno grupo de alunos com perfis considerados aptos para seguir na pós-graduação. Funcionava como uma formação diferenciada e especializada, em pequenos grupos de aprendizagem. É importante o destaque para o contexto sócio-político em que atravessava a educação superior na época da criação do Programa: foi idealizado no contexto da expansão das universidades no final

dos anos 70. O PET tinha como principal objetivo a melhoria da qualidade do ensino superior, especificamente na graduação, por meio de uma formação diferenciada aos alunos que se destacassem na vida acadêmica, “visando à formação de profissionais de alto nível para todos os segmentos do mercado de trabalho, com destaque especial para a carreira universitária” (TOSTA et al, 2006).

Esta dinâmica de “seleção dos melhores” assinalou a história do início do Programa, marcando-o por muito tempo como um programa elitista. Contudo, esta realidade foi se transformando na medida em que os grupos ganhavam força e espaço político. Em sua evolução, será fácil notar a superação desta característica com a inclusão de elementos em sua regulamentação que irão contemplar, dentre outros, o objetivo de contribuir com a política de diversidade e ações afirmativas.

A perspectiva meritocrática e de treinamento como filosofia do Programa relacionou-se diretamente com o contexto de instabilidade que passavam as Universidades naquele período:

As Universidades de um modo geral enfrentavam problemas para atingir adequadamente a todos os alunos devido a restrições financeiras, e sua expansão não estava sendo acompanhada pela melhoria da qualidade. Além disso, muitos estudantes apresentavam embasamento insuficiente oriundo de um Ensino Médio heterogêneo. Paralelamente à massificação das turmas da graduação pensou-se em destacar pequenos grupos de acordo com seus antecedentes, concentrando esforços de orientação, acompanhamento acadêmico e estímulo financeiro de modo a permitir dedicação exclusiva e integral dos alunos para uma formação de alta qualidade (TOSTA et al, 2006).

Seguiu-se a construção e consolidação deste programa considerando as reformas necessários que hoje caracterizam esta política como uma das principais ação da SESu/MEC que “conjuga diretrizes da formação acadêmica de qualidade” (LAFFIN, 2008, p.24). A própria luta em defesa do Programa<sup>1</sup>, entendido como um instrumento de garantia de qualidade da educação superior envolveu os alunos e o cumprimento de seus papéis de cidadãos incentivando-os a participarem criticamente e, tal processo, refletiu na própria identidade do PET: “A formação política dos alunos do programa, como sujeitos de decisões, evidencia-se nos processos interativos com diferentes comunidades e temas, constituindo-se em si uma diversidade em integração com seus propósitos” (LAFFIN, 2008,p.28).

Sua Institucionalização deu-se pela Lei 11.180, de 23 de setembro de 2005 e trás definições sobre o funcionamento do programa tanto na perspectiva pedagógica, quanto nas diretrizes da gestão institucional. Referem-se ao PET os artigos 12, 13 e 14. Trata-se de questões de bolsa de tutor e aluno; custeio; requisitos de seleção de discente; perfil do tutor e os objetivos. As especificações e minúcias das atividades são tratadas pelos regulamentos, que destaco como principais a Portaria SESu/MEC 976 de 27 de julho de 2010, atualizada pela Portaria 343/2013, que traz especificamente como são constituídos os grupos, com destaque para o §2, art 2º que determina que os grupos PET devem contribuir para a implantação de políticas públicas e desenvolvimento em sua área de atuação. Define também as atribuições das instâncias envolvidas com a implementação e execução do Programa, que a nível institucional são a Pró Reitoria de Graduação, o Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação, os tutores, os alunos bolsistas e os alunos voluntários. E, também, o Manual de Orientações Básicas – MOB, publicado em 2006, como documento de orientação principalmente das atividades didático-pedagógicas:

Constitui-se , portanto, em uma modalidade de investimento acadêmico em curso de graduação que tem sérios compromissos epistemológicos, pedagógicos, éticos e sociais. Com uma concepção baseada nos moldes de grupos tutoriais de aprendizagem e orientada pelo objetivo de formar globalmente o aluno, o PET não visa proporcionar aos bolsistas e aos alunos do curso uma gama nova e diversificada de conhecimentos acadêmicos, mas assume a responsabilidade de contribuir para sua melhor qualificação como pessoa humana e como membro da sociedade. (MOB, 2006)

Problematizar a pertinência do PET nas Instituições de Ensino Superior – IES, em destaque a UFPB, é reconhecer que pela reordenação de suas perspectivas filosóficas, no cerne da concepção de Educação Tutorial que aponta esta pesquisa, destaca-se o compromisso do Programa com a formação numa perspectiva global, de forma articulada com as indissociáveis dimensões do ensino, da pesquisa e da extensão.

A UFPB conta com a composição de 8 grupos PET, sendo o primeiro criado na instituição ainda nos anos de 1990. São seis grupos concentrados nos Campus I (João Pessoa), um grupo no campus II (Areia) e um grupo no campus IV (Litoral Norte). As áreas de concentração dos grupos são essencialmente interdisciplinares, com exceção dos

grupos PET de áreas específicas, como é o caso do PET Farmácia, PET Ciência da Computação, PET Engenharia Elétrica e o PET Física. O acompanhamento local de suas atividades são de responsabilidade da Pro Reitoria de Graduação e do Comitê Local de Acompanhamento e Avaliação. Os Planejamentos Anuais e Relatórios de Atividades produzidos pelos grupos e encaminhados a estas instâncias pela plataforma digital de gestão do Programa, o SIGPet, compreende o registro e a base para a avaliação das ações desenvolvidas pelo Programa, tanto a nível local quanto a nível nacional. Essa metodologia de avaliação é recente e tais procedimentos foram adotados a partir de 2013.

### **O Programa de Tutoria de Apoio às Disciplinas Básicas**

Diferente do PET, o PROTUT foi uma política pensada e aplicada a nível institucional. Seu processo de construção considerou a análise dos índices de evasão e retenção em alguns cursos de graduação da UFPB, além de considerar o baixo Índice de Desenvolvimento da Educação Básica no Estado da Paraíba - IDEB. A resolução Nº49/2014 do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE é o documento norteador de suas atividades. Foi publicado em 21 de novembro de 2014 e, em caráter efetivo, as atividades iniciaram em março de 2015 com a publicação do Edital 09/2015 UFPB/PRG.

A proposta do PROTUT contempla a grande problemática da distorção dos níveis de aprendizado dos alunos de graduação, principalmente os ingressantes. A deficiência de conhecimentos básicos trabalhados no Ensino Médio acaba por impactar no sucesso desses alunos, causando desestímulos e alimentando os índices de estudantes com baixo aproveitamento nas disciplinas curriculares de seus respectivos cursos. Consta nos registros da referida resolução que a iniciativa baseou-se no sucesso de programas de tutoria em outras instituições universitárias brasileiras e estrangeiras, sendo a tutoria entendida como um processo cooperativo de ensino aprendizagem, mediada por um tutor e supervisionada por um professor, a fim de garantir que os processos aconteçam nos moldes dialógicos, positivo e propositivo.

Seus objetivos de qualificar o Ensino na graduação melhorando o desempenho do estudante em disciplinas do curso de graduação são claros, a fim de corrigir desníveis no que se refere aos conhecimentos prévios necessários para cursá-las com êxito, diminuindo assim os índices de reprovação e a taxa de evasão. Os docentes participam do programa

como os coordenadores de seus Projetos de Tutoria, submetidos à seleção pelo Edital 09/2015/UFPB/PRG. Os projetos selecionados, seguindo prioritariamente as disciplinas com maior necessidade de nivelamento, entre elas as das áreas das ciências exatas, cumpriam a relação entre sua proposta e os objetivos do programa, sendo previamente aprovados pelo Departamento no qual está lotado o coordenador do projeto submetido.

Neste formato, são os próprios alunos, da graduação ou da pós graduação, a se colocarem como tutores. Estes participam de seleção específica, promovida pelos coordenadores dos projetos para exercer tutoria como bolsista ou como voluntário. Estes deverão ter como habilidades, a princípio, o domínio do conteúdo da disciplina a ser trabalhado, dinamismo, capacidade didática e o zelo aos princípios éticos e sociais que definem o sentido das atividades acadêmicas. Deve, também, constituir um elo harmônico entre os professores das disciplinas e os tutorandos, incentivando e direcionando os estudos, interagindo com as orientações e materiais didáticos construídos pela coordenação de cada projeto de tutoria, participando ativamente na elaboração de roteiros de estudos, exercícios e outras ferramentas que dinamizem os encontros com os demais alunos. Ainda é colocado como uma das suas atribuições a contribuição para a produção de conhecimentos sobre tutoria para fins de publicação em eventos e periódicos.

A opção em trazer os alunos para o papel de tutores é de proporcionar, além da experiência de liderança e das práticas docentes, e também por acreditar que o aluno que já vivenciou e superou as dificuldades da disciplina que tutora, terá mais facilidades em trabalhar-las com outros alunos que possuem dificuldades. Faz parte das estratégias promover um ambiente descontraído e informal, sem perder de vista a seriedade e o compromisso nas ações.

Pela própria natureza do Programa e no intuito de cumprir com seus objetivos, os estudantes aptos a participarem da seleção como tutorandos são os que estão em situação de ingressante com baixo rendimento, estudantes reprovados ou estudantes que desejem aprofundar os conhecimentos, cumprindo a disponibilidade de atendimento do PROTUT.

A avaliação é composta de Relatórios Finais enviados à Coordenação Geral do PROTUT ao final de cada período letivo. Estes devem ser elaborados em pelos Coordenadores de Projeto e os Coordenadores de Tutoria de cada departamento. Além, considera-se como instrumento avaliativo, um questionário de avaliação aplicado pela

coordenação geral e preenchido pelos tutorandos. As médias das notas e índices de evasão também serão consideradas nessa equação.

Por trata-se de um projeto extremamente recente na instituição, tendo suas atividades iniciadas em março de 2015 e interrompida pela deflagração de greve que suspendeu as atividades acadêmicas da UFPB do semestre 2015.1, retornando apenas em outubro desse ano, as atividades do Programa ficaram paralisadas e, por isso, o programa ainda não passou por nenhuma avaliação.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Os processos educacionais que assumem significados pedagógicos na construção de um saber conectado com a formação plural e para além dos conteúdos impulsionam as atividades de educação tutorial. Mesmo com escassa bibliografia, é percebido que a característica marcante dessa metodologia no ensino presencial é trazer o aluno para o patamar de protagonista. Trata-se de empoderá-lo como sujeito de sua aprendizagem. Deduz-se daí o seu processo autônomo de aprendizado e sua interação com a complexa realidade que o acompanha na vida acadêmica, profissional, familiar e etc.

Daí se justifica a relevância de grupos tutoriais de aprendizagens. As ações se colocam como necessárias dado os desníveis na formação acadêmica, percebendo aí fatores tais qual a massificação do acesso sem a garantia da qualidade, o compromisso da universidade com a agenda de mercado, e o predomínio da formação tecnicista. Além, é preciso chamar atenção para a importância em si de atividades extracurriculares, visto que a participação na vida acadêmica é um complexo alinhados de interações que também compõe a formação.

Coadunar essas realidades é trabalhar na perspectiva de oportunizar ao aluno de graduação outras possibilidades que podem dar amplitude ao progresso acadêmico não só expandindo conhecimentos, mas também na correção de desníveis dos conhecimentos básicos negligenciados pela educação básica. É um processo de inclusão, de socialização, além de um processo de ensino-aprendizagem. O processo de integração presente no PET e no PROTUT intima o aluno a assumir uma postura crítica e participativa, estabelecendo relações entre diversos saberes.

Sublinha-se que, por ora, nosso objetivo é justamente problematizar as possibilidades da Educação Tutorial como estratégia de realização de uma educação mais horizontalizada. Por certo, serão necessários estudos empíricos que apontem os limites e possibilidades dessas propostas, considerando o quadro das IFES no atual contexto social brasileiro.

## REFERÊNCIAS

BAUER, Adriana. Avaliação de impacto no Brasil: é possível mensurar impactos de programas de formação docente? In: **Est. Aval. Educ.** São Paulo, v. 21, n. 46, maio/ago. 2010. p.229-252.

BALBACHEVSKY, Elizabeth. O Programa Especial de Treinamento – PET/CAPES – e a graduação no ensino superior brasileiro. In: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). **INFOCAPES – Boletim Informativo**. Vol.6, N.02, abr./jun. 1998. p. 6-23.

BRASIL. **Lei 11.180 de 23 de setembro de 2005**. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11180-23-setembro-2005-538611-norma-pl.html>> Acesso em 29/11/2015.

CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. A Expansão e o acesso ao Ensino Superior: os novos desafios da educação brasileira. In: SOUSA Júnior, Luiz et al (Org) **Políticas de gestão e práticas educativas: a qualidade do ensino**. Brasília: Liber Livro, 2011.

DIAS, Ana Maria Iorio et al. **Estudo sobre os egressos do programa de educação tutorial: PET 1979-2008/MEC/SESu**. Fortaleza, CE: Brasil Tropical, 2009.

DIAS, Isabel Simões. Competências em Educação: conceito e significado pedagógico. In: **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**. São Paulo. Volume 14, Número 1, Jan/Jun de 2010. p.73-78.

KOLTERMANN, Paulo Irineu; SILVA, Eladir Luiza Trevellin da. Desafios e Perspectivas da educação tutorial. In: MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Programa de Educação Tutorial: Estratégia para o desenvolvimento da graduação**. Brasília: Brasil Tropical, 2008.

LAFFIN, Marcos. Princípios explicativos do Programa de Educação Tutorial. In: MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Programa de Educação Tutorial: Estratégia para o desenvolvimento da graduação**. Brasília: Brasil Tropical, 2008.

MARTINS, Iguatemy. Reflexos da Educação Tutorial na formação universitária. In: **XVIII Encontro Regional do Fórum de Pro Reitores de Graduação (FORGRAD)**, Maringá, 2006.

MARTINS, Onilza Borges. Teoria e prática tutorial em educação à distância. In: **Educar em Revista**, Universidade Federal do Paraná, Paraná, Brasil, n.21, 2003. p.1-19.

MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Manual de orientações básicas – Programa de Educação Tutorial**. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. **Portaria 976 de 27 de julho de 2010.** Disponível em <[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=14912-portaria-n-976&category\\_slug=dezembro-2013-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=14912-portaria-n-976&category_slug=dezembro-2013-pdf&Itemid=30192)> Acesso em: 29/11/2015.

MÜLLER, Angélica. **Qualidade no ensino superior: a luta em defesa do Programa Especial de Treinamento.** Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

KATO & FAGGIAN. O Enfoque problematizador no ensino tutorial: a descoberta pela atividade. In: MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO (Brasil). **Programa de Educação Tutorial: Estratégia para o desenvolvimento da graduação.** Brasília: Brasil Tropical, 2008.

ROQUE, Marina Mercante Balau. **A experiência no Programa de Educação tutorial (PET) e a Formação do Estudante do Ensino Superior.** 2012. 119f. dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campina, Campinas – SP, 2012.

TOSTA, Rosa Maria et al. Programa de Educação Tutorial (PET): Uma alternativa para a melhoria da graduação. In: **Psicol.Am.Lat.**, México, N 8, nov.2006. Disponível em: <<http://www.psicolatina.org/08/programa.html>> Acesso em 10/10/2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (Paraíba). **Resolução N. 49 de 21 de novembro de 2014** do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão. Disponível em <<http://www.ufpb.br/sods/14consepe.html>> Acesso em 29/11/2015.

\_\_\_\_\_. **Edital Pró Reitoria de Graduação N.09 de 30 de março de 2015.** Disponível em<[http://www.prg.ufpb.br/?q=view-edital-geral&field\\_ano\\_value%5Bvalue%5D&page=6](http://www.prg.ufpb.br/?q=view-edital-geral&field_ano_value%5Bvalue%5D&page=6)> Acesso em 29/11/2015.

VENDRAMINI, Claudette et al. Construção e validação de uma escala sobre avaliação da vida acadêmica. In **Estudos de Psicologia**, N. 9, 2004, p.259-268.